

**Pelo Império, contra os farrapos: a centralização em construção desde a província**

Álvaro Antonio Klafke\*

**Resumo:** O texto propõe trazer alguns exemplos e debater a argumentação política dos agentes que, na província do Rio Grande do Sul, desde o início do período regencial até o final da Revolução Farroupilha, mantiveram-se fiéis ao Império. A análise da imprensa periódica legalista permite uma aproximação ao discurso de defesa da centralização, notadamente pela atenção a determinados conceitos - p. ex. império, república, federalismo – fundamentais nos embates do período.

**Palavras chave:** Centralização imperial – discurso político – imprensa periódica.

**Abstract:** This paper intends to notice some examples and discuss the political argumentation of the agents that, in Rio Grande do Sul province, since the start of regency period until the end of Revolução Farroupilha, kept allied to Brazilian Empire. The analysis of the legalist periodical press permits an approach to the political centralization discourse, specially by the attention to specific concepts – f. ex. empire, republic, federalism – fundamentals in the political controversy of the period.

**Keywords:** Imperial centralization – political discourse – periodical press.

A Revolução Farroupilha constitui um tema muito caro e sempre presente no processo de construção identitária dos sul-rio-grandenses. Invariavelmente, as ações e idéias que permearam a convulsão política de 1835-1845 servem de marcas de distinção para o gentílico “gaúcho”. Ainda que, em diversos momentos, saliente-se o caráter não-separatista do movimento, prevalecem, mormente em tempos de crise, os aspectos autonomistas, ressaltados nos discursos que opunham os líderes farrapos ao projeto de centralização do Império. A afirmação da diferença, obviamente, é necessária no reforço da identidade regional. Contudo, do ponto de vista historiográfico, no caso do Rio Grande do Sul, isto teve como contrapartida um certo ofuscamento das posições daqueles que, desde a província, defendiam a unificação imperial.

A construção do Estado imperial brasileiro não pode ser vista apenas como resultado da atividade centralizadora das elites da Corte, pois também responde às demandas locais – e ao trabalho – de grupos que, nas províncias, viam na unificação do Império uma alternativa que correspondia aos seus anseios, projetos ou interesses. Sob este prisma, parece ser relevante analisar a argumentação dos agentes que, no Rio Grande do Sul, do início do problemático período regencial até o final do movimento sedicioso, colocaram-se no campo

---

\* Doutorando em História pela UFRGS. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

contrário ao das pretensões autonomistas que embasavam as posições dos farrapos. A observação da intensa atividade da imprensa periódica do período permite destacar alguns exemplos.

Logo depois do 7 de abril, lemos no moderado *Correio da Liberdade* (Porto Alegre), que era declarada guerra “aos Anarquistas, aos recolonizadores, aos Democratas, e finalmente a todos os que de qualquer modo que seja, intentem transformar a forma de governo por nós tão felizmente adotada e jurada”.<sup>1</sup> Temos aqui uma identificação dos campos políticos contrários e uma firme tomada de posição em defesa da monarquia constitucional e unificada, o que vai ser reforçado continuamente. Essa defesa vai ser mais tarde esmiuçada no combate às propostas federalistas. O redator questiona então se “o voto geral dos povos do Brasil propende para a Federação” e insere uma nota explicativa: “Dizemos o voto geral do Brasil, porque não nos parece razoável, que uma só ou mesmo algumas das Províncias intentem federar-se, ficando as outras *intotum* sujeitas à Metrópole”.<sup>2</sup> No mesmo texto, apoiando-se em Montesquieu (1689-1755), o articulista procura precisar o entendimento do termo “federação”, concluindo que nem a província, e tampouco o Brasil de maneira geral, está aparelhado para um verdadeiro sistema federativo, “salvo se se der ao Governo dos estados federados alguma forma imperfeita, o que de certo modo não convirá, e sairá talvez em resultado, pior a emenda que o soneto”. Não há, neste caso, uma condenação apriorística do federalismo, mas uma ponderação que busca justificar-se no pragmatismo político, base do discurso conservador. São consideradas as opções políticas, mas se mantém permanentemente a idéia de unidade – “o todo do Brasil”.

A manutenção da integridade do Império é a pedra de toque de outro periódico, um pouco posterior, de Rio Grande. No *Propagador da Indústria Rio-grandense*, o Brasil é concebido como um conjunto de excepcional potencialidade. O redator exalta: “Qual o país comparável ao Brasil pela parte de suas faculdades, e suas qualidades físicas!” É destacado, no mesmo texto, sobretudo a diversidade: das riquezas naturais, do clima, da fauna e da flora, da geografia, com “rios navegáveis até o coração do Império”. Entretanto, após a exaltação, adverte-se que “o futuro não passará de um sonho filantrópico, e de uma doce quimera; e todas as vantagens territoriais serão perdidas se teirmos em permanecer no estado de oscilação e divisão...”.<sup>3</sup> A realização das potencialidades naturais estava condicionada à

---

<sup>1</sup> *Correio da Liberdade*, nº 1, 17 de abril de 1831. Esta e as demais citações de jornais tiveram a grafia das palavras atualizada, mantendo-se a estrutura original do texto.

<sup>2</sup> *Correio da Liberdade*, nº 27, 16 de julho de 1831.

<sup>3</sup> *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, nº 1, 30 de janeiro de 1833. Uma análise mais específica sobre este periódico, e sobre a Sociedade que o mantinha, foi por mim realizada na dissertação de mestrado: KLAFFE,

manutenção da unidade e à estabilidade política. O Brasil era uma totalidade formada por partes distintas que se complementavam, não funcionando separadamente. É apropriada, neste sentido, a imagem de um corpo cujas artérias (“os rios navegáveis”) ligavam-se ao coração do Império, representando simultaneamente a idéia de integração orgânica e hierarquização entre os membros desse conjunto. O periódico, em outros momentos, explicita a forma como projetava essa integração, defendendo a monarquia unitária e constitucional. Ao discorrer, por exemplo, sobre um plano de criação de uma empresa de Paquetes a Vapor, que operaria em toda a costa brasileira e chegaria até Montevideú, é destacado o caráter unificador do empreendimento. O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, segundo o redator, “torna menos sensível a necessidade do muito amplo princípio federal, e dá mais vigor ao princípio da centralização, tão essencial às formas monárquicas”.<sup>4</sup> Há aqui uma clara tomada de posição em favor de uma monarquia com alto grau de centralização. Mais significativa, talvez, seja a percepção da intervenção direta do jornal nos debates do momento: antecipavam-se os “problemas” que poderiam advir da concessão de maior autonomia provincial prevista para 1834, através da emenda constitucional conhecida como Ato Adicional. Além disso, ao valorizar os meios que poderiam remediar as conseqüências implicitamente deletérias do “princípio federal”, o texto tem o efeito de admitir as dificuldades colocadas aos construtores do Estado unificado. Neste sentido, o discurso é revelador da clareza com que a centralização era vista por essas elites: uma obra a ser executada, em um ambiente de disputa política.

A polarização que tendeu a alinhar as forças e concepções políticas da época em partidários e contrários à centralização imperial (reforçada, também, pela simplificação dos pósteros) pode ser problematizada atentando-se para a diversidade das posições e interesses. Atacando duramente os farrapos, mas mais “à direita”, sendo permitida a liberdade da expressão, observe-se o exemplo de uma outra folha. Em 5 de agosto de 1837, o redator do periódico *O Artilheiro*, de Porto Alegre, discorria sobre o movimento político que então agitava a província e sustentava que “a República não é compatível com o nosso caráter, índole, e costumes nacionais”. Sua postura era de crítica à monarquia constitucional, pugnando pelo regime “monárquico absoluto”, pois, “quando com a Monarquia Constitucional Deus sabe como nos arranjam, [...] que fará com uma instituição mais ampla

---

Álvaro Antonio. **O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de “O Propagador da Indústria Rio-grandense” – 1833-1834**. Porto Alegre: UFRGS/PPG em História, 2006.

<sup>4</sup> *O Propagador*...nº 58, 28 de agosto de 1833. Este texto traduz um aspecto central da argumentação do jornal, a preservação da manutenção dos circuitos comerciais e de informação, vitais ao bom andamento dos negócios dos comerciantes que mantinham a publicação. Informações mais detalhadas sobre as relações e conexões que embasam esta apreciação encontram-se em: KLAFKE, A. A. **O Império na província**...Op. cit.

como a República?”<sup>5</sup> Em outros momentos, o jornal investe severamente contra o governo da Regência e a facção moderada dos legalistas, acusando-a de combinação com os “anarquistas”. Ele seria o verdadeiro representante do “partido legalista”, composto “da gente grada, e rica da Província, e de pessoas honradas, que quer a ordem restabelecida”, o outro [partido] era formado “quase no todo da canalha”, que trabalharia pela República há quase 8 anos.<sup>6</sup> É interessante o escalonamento social estabelecido, completamente mistificador da divisão da elite provincial, e a lembrança da atividade “republicana” remetida ao momento anterior à Abdicação, explicitando o caráter restaurador das posições do periódico, que aparentemente resistia mesmo após a morte de D. Pedro I, em 1834.

Os exemplos demonstram as possibilidades de um tipo de fonte que registra os termos e expressões utilizados pelos chamados “legalistas”, com destaque para a defesa do Império ou o ataque aos “sediciosos”. É importante atentar para a diversidade de posições enunciadas pelos defensores da integridade e centralismo imperial. Entretanto, isto não pressupõe a impossibilidade de uma análise mais geral do discurso político, uma vez que a linguagem se impõe como um conjunto de sentidos compartilhados. Acerca dessa comunhão de sentidos, lembremos Reinhart Koselleck, para quem a semântica é fundamental à comunicação lingüística e ao uso pragmático da língua. “É ainda imprescindível para que se possa fazer política, exercer influência social, exercer poder político, fazer revolução, enfim tudo aquilo que se possa imaginar como atos sociais e históricos”.<sup>7</sup>

Discorrendo sobre a relação entre história conceitual e história social, o mesmo autor lembra que os conceitos sociais e políticos contêm uma pretensão concreta de generalidade e são sempre polissêmicos.<sup>8</sup> Para que uma palavra converta-se em um conceito é necessário que a totalidade de um contexto de experiência e significado sócio-político, no qual e para o qual se usa essa palavra, passe a formar parte globalmente desse termo que se torna único. A referência aos conteúdos sociais e políticos, contudo, jamais é estática, pois um conceito não é somente indicador dos contextos que engloba, mas fator determinante destes. Neste sentido, é relevante destacar a tensão permanente que existe entre um conceito e uma situação objetiva a que ele se refere, pois continuamente se pode perceber um hiato entre as situações sociais e os usos da linguagem que as caracterizam ou as transcendem.<sup>9</sup>

<sup>5</sup> *O Artilheiro*, nº 3, 5 de agosto de 1837.

<sup>6</sup> *O Artilheiro*, nº 6, 26 de agosto de 1837.

<sup>7</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, nº 10, 1992, p. 141.

<sup>8</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado. Para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona: Paidós, 1983, p. 116.

<sup>9</sup> *Ibid.*, pp. 117 e seguintes.

O entrelaçamento tenso entre os acontecimentos históricos e sua constituição lingüística constitui um ponto fundamental nas reflexões de Koselleck, pois, ao analisar “os conceitos passados que ainda poderiam ser os nossos, considerando os significantes, obtêm-se uma via de acesso às esperanças e desejos, aos temores e sofrimentos dos contemporâneos de outra época.” Mais do que isto, descobre-se “o alcance e os limites da força enunciativa das produções lingüísticas anteriores”. Assim, avalia-se “o espaço de experiência e expectativa do passado, na medida em que ele pode ser compreendido conceitualmente dentro da economia lingüística de então e articulado, de fato, na linguagem das fontes”.<sup>10</sup> Discutir, assim, o entendimento e as apropriações que os contemporâneos faziam de determinados termos – e, mais do que isto, a forma como eram inseridos no debate, sem prejuízo de outros conceitos e noções associadas, parece ser relevante para uma melhor apreciação das propostas locais de construção do Estado e da Nação. Não se tratando estritamente de um trabalho de análise semântica de uma terminologia discursiva, mas levando em conta também questões de ordem sócio-políticas, é ainda às reflexões de Koselleck que podemos recorrer, sobretudo no que se refere à consideração das categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”. Estas são, segundo o autor, categorias próprias para tematizar o tempo histórico, na medida em que a experiência é o passado presente, e a expectativa o futuro presente.<sup>11</sup>

No caso dos jornais provinciais, é em uma intersecção de situações, locais e globais, mais ou menos imediatas, isto é, historicamente bastante próximas ou mais distantes, que se situam os discursos. Há que se considerar, por exemplo, o sonho secular do antigo império português, neste momento reformulado em nome de um projeto de império brasileiro que ainda guarda muito do passado.<sup>12</sup> Mas o sonho mescla-se ao projeto. Com o “progresso”, não há espaço para um retorno, mas para a projeção de futuro que aproveita e transforma a experiência vivida (ou, em grande medida, imaginada). Neste sentido, a experiência e a expectativa articulam-se no presente, e o caso do republicanismo platino pode ser emblemático. Está inserido em um espaço de experiência muito próximo, entendido no contexto estabelecido pela vizinhança com o Prata e pelos contatos freqüentes e de muito tempo. O “perigo” republicano inscreve-se também no horizonte de expectativa, sob dois aspectos: situa-se dentro do campo de possibilidades, por um lado, e, justamente por isso, é visto como algo a ser evitado pelos defensores do Império, daí as constantes referências ao

---

<sup>10</sup> Ibid., pp. 288-289. (Esta e as demais traduções de citações são de minha responsabilidade).

<sup>11</sup> Ibid., p. 337.

<sup>12</sup> Conforme descrito por Maria de Lourdes Viana Lyra, a idéia de grandeza e unidade imperial persiste no Brasil independente como reinterpretação do antigo projeto de unidade luso-brasileira. LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

estado de anarquia das repúblicas hispânicas. Por outro lado, tomada como expectativa “negativa”, como algo a ser combatido, a idéia de república sofre a contraposição de uma projeção de Estado e Nação que vai buscar no discurso de construção da unidade imperial a articulação do passado e do futuro em um presente de disputa.

Nas contendas deste presente os sujeitos valem-se de uma terminologia cujos usos devem ser inquiridos. O redator do *Campeão da Legalidade* (Porto Alegre), discorrendo sobre o cerco à capital, asseverava que “tendo-lhes mostrado a experiência [aos ‘briosos legalistas’], de que a sua desunião e indiferentismo, deram uma entrada franca à Revolução, e a seu funesto incremento”, isto serviu de aprendizado, e agora todos atenderiam de armas na mão ao chamado para sustentar “a temerária e heróica Reação desta capital”.<sup>13</sup> O uso dos termos “revolução” e “reação” aparece aqui em um sentido bastante conservador, exigindo uma compreensão contextual do seu uso, que tenta negar o caráter positivo que “revolução” assumia à época.<sup>14</sup> Nessa mesma direção, o *Liberal Rio-Grandense* (Rio Grande) valia-se da ironia e demonstrava a persistência da experiência ainda viva da Revolução Francesa para, desde uma posição conservadora, desnudar “as misérias, e profunda celeradez dos nossos estranhados sans-culottes”.<sup>15</sup>

Na mesma folha, algum tempo depois, surgiu uma reflexão bastante ilustrativa das armas retóricas utilizadas. Exclamava o redator quanto enfim “folgaria decerto a Razão, e a Humanidade, se neste dia sem par [refere-se ao 7 de setembro], um novo Pacto de Regeneração fosse gravemente celebrado”, e se todos os cidadãos do Império concertassem “fazer guerra de morte, e interminável, aos abusos, que nos empecem de progredir na carreira da civilização”.<sup>16</sup> A defesa da civilização e da razão por estes agentes deve ser entendida atentando-se ao contexto imediato mas também de maneira ampla, considerando, por um lado, o componente de autocontrole e a necessidade de contenção das classes populares. Por outro lado, a difusão da civilização também se aplicava a uma nova maneira de encarar a ação do governo, agora vista como revestida do conhecimento e da racionalidade ausentes em governos autoritários ou nos propagadores da divisão.<sup>17</sup> A argumentação dos defensores da

<sup>13</sup> *O Campeão da Legalidade*, nº 1, 4 de fevereiro de 1837.

<sup>14</sup> O termo revolução aparece no dicionário de Moraes Silva ainda em uma acepção bastante tradicional: “movimento pela órbita, giro. Um giro inteiro do planeta na sua órbita. Revoluções nos estados, mudanças na forma, e polícia, povoação.” MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922 (fac-símile da 2ª edição, 1813), p. 629, tomo II. Entretanto, seus aspectos positivos, no campo político e social, eram populares desde o século anterior. Koselleck põe em evidência o acento transcendental que recebe a palavra a partir de 1789, convertendo-se em princípio regulador do conhecimento e da ação. KOSELLECK, R. **Futuro pasado...** Op. cit., p. 76.

<sup>15</sup> *O Liberal Rio-Grandense*, nº 37, 11 de maio de 1836.

<sup>16</sup> *O Liberal Rio-Grandense*, nº 70, 10 de setembro de 1836.

<sup>17</sup> Veja-se, sobre este ponto, ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 58, vol. 1.

legalidade baseia-se em elementos que fazem referência a um reprocessamento da história vivida com vistas à projeção de uma sociedade e de um Estado em construção. Nessa empreitada, o discurso político não raras vezes busca uma abrangência maior, e neste sentido a palavra “civilização” é recorrente, tomada, no dizer de Jean Starobinski, como “imperativo de virtude e de razão”.<sup>18</sup> Se a virtude e a razão conformam a civilização, seu oposto é a barbárie. Esta oposição é uma das figuras retóricas mais frequentes nos debates, notadamente nas referências às repúblicas hispânicas. Esta formulação binária era associada a uma outra – império unificado e federalismo – correspondentes políticos imediatos da mais ampla, em termos culturais, contraposição entre civilização e barbárie.<sup>19</sup>

O que refletimos através das categorias de experiência e expectativa é aqui apropriado, com alguma liberdade, como uma trama contextual de vários níveis na qual os indivíduos se movem e à qual, simultaneamente, também constituem.<sup>20</sup> Isto se traduz na linguagem expressada, muitas vezes de difícil compreensão imediata na medida em que, especialmente nesse período, utiliza uma composição de elementos culturais bastante díspares. José Carlos Chiaramonte, estudando a formação da Argentina, chama a atenção para esta “conciliação de traços aparentemente antitéticos que desafia aos intentos de classificação com as categorias usuais de periodização da história cultural”.<sup>21</sup> O alerta do autor – para além da sua contribuição específica em relação ao estudo do vocabulário político – é importante. De fato, a articulação entre modernidade e conservadorismo, marca das posições políticas dos agentes considerados, era um desafio aos redatores do período e segue sendo aos estudiosos de hoje. A mesma parcela da sociedade letrada que tentava conciliar a fundação de uma nação livre com a manutenção da estrutura escravocrata, buscava justificar o Império adequando-o aos

<sup>18</sup> A expressão traduz o sentido profundo que revestia o conceito, e é nesta acepção que era largamente utilizado nos debates da imprensa da época. Starobinski apresenta um estudo meticoloso sobre o termo “civilização” e sua sacralização nos séculos XVIII e XIX, com análises importantes sobre seu uso nos debates políticos. STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 20.

<sup>19</sup> Procurar estabelecer uma relação que associasse a própria concepção política com a “civilização” e, conseqüentemente, o adversário com a “barbárie”, era recorrente nas disputas de então (notemos que, no Prata, o unitarismo “civilizador” era republicano, sem prejuízo de uma argumentação próxima à utilizada pelos defensores do Império no Brasil). Um dos exemplos mais evidentes deste procedimento encontra-se no clássico de SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilización y barbarie**. Garden City: Doubleday, 1961.

<sup>20</sup> Neste sentido, vale uma lembrança de John Pocock, que destaca a necessidade de observação das palavras que, usadas de novas maneiras, como resultado de novas experiências, dão origem a novos problemas e possibilidades. POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 37. Este autor, juntamente com Quentin Skinner, é um dos reconhecidos estudiosos do pensamento político da chamada Escola de Cambridge. As contribuições dessa vertente britânica são relevantes a esta proposta de análise, embora deva-se notar as diferenças no arcabouço teórico, menos preocupado com o estudo de conceitos e mais voltado para o contexto lingüístico e para uma história das ideologias com valoração normativa, notadamente no caso de Skinner. Ver SKINNER, Quentin. *Prólogo*. In: **Los fundamentos del pensamiento político moderno** (2 vol.). México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

<sup>21</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación Argentina (1800-1846)**. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997, p. 23.

ditames do “progresso” e da “razão”, a despeito das pressões internas e externas, federalistas e/ou republicanas.

As práticas sociais aparecem indissociadas da argumentação que as fundamentam e com a qual se trava o debate público. Atentar para a diversidade de sentidos dos enunciados é necessário à reflexão sobre a constituição de uma sociedade que se estruturava politicamente, divergindo ou convergindo em torno de propostas várias. E, pela identificação e análise da multiplicidade de posições e propostas envolvidas no processo em curso, pode-se refletir sobre as distintas, e por vezes contraditórias, formas de inserção dos sul-rio-grandenses no processo de construção do Estado imperial brasileiro.

#### **Fontes:**

*O Artilheiro* (Porto Alegre, 1837-1838)

*O Campeão da Legalidade* (Porto Alegre, 1837-1839)

*Correio da Liberdade* (Porto Alegre, 1831)

*O Liberal Rio-Grandense* (Rio Grande, 1835-1836)

*O Propagador da Indústria Rio-grandense* (Rio Grande, 1833-1834)

#### **Referências bibliográficas:**

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación Argentina (1800-1846)**. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1997.

\_\_\_\_\_. **Nación y Estado en Iberoamérica: el lenguaje político en tiempos de las independencias**. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 (2 vol.).

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Pimenta. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

KLAFKE, Álvaro Antonio. **O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de “O Propagador da Indústria Rio-grandense” – 1833-1834**. Porto Alegre: UFRGS/ PPG em História, 2006. (dissertação de mestrado)

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 134-146.

\_\_\_\_\_ **Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos.** Barcelona: Paidós, 1993.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798/1822.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema.** 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario de Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Fluminense, 1922 (fac-símile da 2ª edição, 1813).

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: USP, 2003.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilización y barbarie.** Garden City: Doubleday, 1961.

SKINNER, Quentin. **Los fundamentos del pensamiento político moderno.** (2 vol.) México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização: ensaios.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.